REPRESENTAÇÕES DE VELHICE NA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA ESCOLAR INTERGERACIONAL

VALDENIA VALENTIM VIEIRA SANT'ANNA

RESUMO

O aumento expressivo da população idosa no Brasil e no mundo coloca a educação como espaço estratégico para a construção de novas formas de compreender o envelhecimento humano. Nesse contexto, investigar como as crianças percebem a velhice e a pessoa idosa torna-se fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam uma cultura escolar intergeracional. Este artigo, de caráter teórico, analisa as representações de velhice na infância a partir de estudos nacionais e internacionais, articulando psicologia do desenvolvimento, gerontologia educativa e teorias socioculturais sobre envelhecimento. Utiliza-se uma revisão bibliográfica narrativa para discutir como estereótipos, discursos sociais e experiências cotidianas moldam o olhar infantil sobre o idoso e influenciam as relações intergeracionais no ambiente escolar. Os estudos analisados mostram que as crianças tendem a construir percepções ambivalentes da velhice, combinando elementos positivos — como sabedoria, carinho e experiência — com características negativas associadas a doença, dependência e fragilidade, frequentemente reforçadas pelo imaginário social e pela mídia. Evidencia-se a necessidade de incluir a educação gerontológica na educação básica, conforme preconiza um olhar ampliado para a diversidade humana, alinhando-se à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que valoriza o respeito às diferenças, aos ciclos da vida e à convivência ética. Conclui-se que políticas educacionais, currículo e práticas docentes desempenham papel central na desconstrução do ageísmo desde a infância e na promoção de uma cultura escolar que valorize a velhice como parte constitutiva da vida e da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Velhice; Infância; Representações sociais; Educação gerontológica; Intergeracionalidade.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional configura-se como um dos fenômenos sociais mais significativos das últimas décadas. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015) aponta que, até 2050, a população idosa irá ultrapassar dois bilhões de pessoas, o que exige novas formas de compreender e lidar com o envelhecimento humano. No Brasil, essa transição demográfica ocorre de forma acelerada, mudando estruturas familiares, sociais e culturais. Ao mesmo tempo, esse processo impõe desafios à educação básica, que precisa incorporar discussões sobre os diferentes ciclos da vida e incluir a velhice em seus currículos e práticas pedagógicas.

A infância é um período crucial para a formação de valores, atitudes e representações sociais. Segundo Moscovici (2003), as representações são construções coletivas que orientam comportamentos e percepções sobre fenômenos sociais. As crianças, portanto, produzem imagens de velhice a partir de convívio familiar, discursos da mídia, interações com adultos e idosos, vivências escolares e práticas culturais. Essas representações podem influenciar profundamente as relações intergeracionais e o modo como futuras gerações tratarão a população idosa.

Estudos sobre concepções infantis da velhice mostram que as crianças tendem a construir entendimentos ambivalentes: por um lado, percebem os idosos como figuras carinhosas, sábias e próximas; por outro, associam-nos à doença, lentidão, dependência e fraqueza (BARRETO; CACHIONI, 2011). Tal ambivalência reflete estereótipos sociais historicamente construídos, os quais podem favorecer a reprodução do preconceito etário — o ageísmo — desde a infância.

Nesse sentido, ampliar o debate sobre envelhecimento nas escolas é fundamental. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) enfatiza valores como empatia, respeito, convivência ética e cidadania, componentes essenciais para promover práticas educativas que valorizem as diferenças, incluindo os ciclos da vida. A educação gerontológica, apesar de ainda pouco discutida na educação básica, apresenta potencial para fortalecer uma cultura escolar que reconhe-

ça a importância da velhice e da convivência intergeracional.

Este artigo tem como objetivo analisar, a partir de revisão bibliográfica, as representações de velhice na infância e discutir suas implicações para a construção de uma cultura escolar intergeracional. Busca-se compreender como crianças constroem significados sobre envelhecimento, quais influências sociais moldam seus discursos e como a escola pode atuar na desconstrução de estereótipos, contribuindo para a formação de cidadãos mais sensíveis à diversidade geracional.

CONCEPÇÕES DE VELHICE: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL

A velhice, embora seja uma etapa universal da vida, não é entendida de maneira homogênea. Beauvoir (1990) afirma que envelhecer é também uma experiência socialmente construída, influenciada por valores, discursos e expectativas culturais. Em sociedades marcadas pela produtividade e pelo culto à juventude, tende-se a atribuir à velhice significados negativos, associados a perda, fragilidade e decadência.

Segundo Neri (2014), compreender a velhice exige articulação entre dimensões biológicas, psicológicas e sociais. As crianças começam a formar suas concepções sobre o envelhecimento a partir de vivências familiares e de suas interações com o meio. Assim, o modo como a sociedade trata os idosos reflete-se diretamente no olhar infantil.

As representações sociais são construções coletivas que orientam a forma como indivíduos percebem, interpretam e se relacionam com determinados fenômenos do mundo social. De acordo com Moscovici (2003), elas funcionam como sistemas de conhecimento compartilhado que permitem às pessoas dar sentido ao que lhes é familiar ou estranho, naturalizando conceitos que circulam em uma determinada sociedade. No caso da velhice, essas representações são profundamente influenciadas por discursos culturais, midiáticos e familiares que moldam percepções desde os primeiros anos de vida.

Na infância, as representações sociais assumem papel significativo na formação dos valores e atitudes que serão levados para a vida adulta. A criança, enquanto sujeito ativo, produz sentidos sobre o envelhecimento a partir de suas experiências, observações e relações com adultos e idosos. Porém, essa construção simbólica é frequentemente marcada por ambivalências: ao mesmo tempo que a velhice pode ser associada a carinho, experiência e sabedoria, ela também tende a ser relacionada à fragilidade, dependência e doença.

Estudos brasileiros e internacionais revelam que crianças costumam representar a velhice por meio de elementos físicos muito estereotipados, como cabelos brancos, rugas, bengalas, postura encurvada e lentidão nos movimentos (BARRETO; CACHIONI, 2011). Esses traços aparecem com frequência em desenhos infantis e em narrativas espontâneas sobre pessoas idosas, indicando que a percepção da velhice é fortemente influenciada por símbolos culturais que reforçam a ideia de perda e declínio.

Contudo, a dimensão afetiva desempenha papel igualmente importante. Muitas crianças associam idosos a figuras de apego — especialmente avós —, ressaltando aspectos como cuidado, acolhimento e transmissão de histórias. Esses elementos positivos podem coexistir com estereótipos negativos, demonstrando que as representações sociais da velhice na infância não são homogêneas, mas sim construções complexas e plurais.

A mídia desempenha papel central na manutenção desses estereótipos. Personagens idosos em desenhos animados são frequentemente retratados de forma cômica, frágil ou rabugenta, o que contribui para fortalecer visões equivocadas sobre o envelhecimento (MONTEIRO, 2010). A ausência de idosos em contextos diversificados — como profissionais ativos, cidadãos participativos ou protagonistas — reforça a ideia de que a velhice representa apenas encerramento, passividade ou doença.

Outro fator decisivo é a convivência intergeracional. Pesquisas indicam que crianças que convivem regularmente com avós tendem a apresentar percepções mais positivas sobre a velhice. A experiência cotidiana permite visualizar a diversidade do envelhecimento, compreendendo que nem todas as pessoas idosas são dependentes ou frágeis. Isso mostra que experiências reais com ido-

sos têm potencial para desconstruir representações negativas e promover empatia.
Assim, as representações sociais da velhice na infância são moldadas por um conjunto de elementos simbólicos, afetivos e culturais. Reconhecer como essas imagens são formadas e disseminadas permite compreender as bases do preconceito etário e aponta para a necessidade de intervenções educativas que valorizem o envelhecer como parte do ciclo da vida. Nesse sentido, a escola e a família possuem papel central na promoção de uma cultura intergeracional que reconheça a velhice como experiência humana plural, digna e significativa.

A INFÂNCIA E A FORMAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As representações sociais surgem a partir de experiências coletivas e são mediadas por linguagem, cultura e práticas sociais (MOSCOVICI, 2003). Na infância, esse processo é influenciado pela escola, pela mídia, pelas relações familiares e por interações comunitárias. Crianças internalizam discursos sobre a velhice antes mesmo de desenvolverem conceitos abstratos complexos, o que torna a educação sobre envelhecimento ainda mais necessária.
Barreto e Cachioni (2011) identificaram que crianças frequentemente desenham idosos com bengalas, cabelos brancos, rugas e postura curvada — elementos que reforçam estereótipos clássicos. Ainda que representem carinho e proximidade afetiva, muitos desses desenhos reproduzem visões reducionistas.

ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITO ETÁRIO NA INFÂNCIA

O ageísmo pode surgir precocemente. Butler (1969), ao definir o termo, já identificava a presença de preconceito contra a velhice em todas as fases da vida, inclusive entre crianças.
Pesquisas mostram que:
Crianças pequenas associam velhice a limitações físicas.
Crianças maiores começam a compreender aspectos sociais da velhice.
Em todas as idades, a ausência de convivência intergeracional tende a gerar concepções mais negativas.
A mídia também desempenha papel decisivo. Monteiro (2010) afirma que representações midiáticas reforçam a figura do idoso dependente, doente ou tecnologicamente incapaz, o que influencia o imaginário infantil.
Outro fator determinante é o discurso familiar. A maneira como adultos falam sobre envelhecer na presença de crianças influencia diretamente a percepção infantil. Expressões como “estou ficando velha”, “idade é doença”, “velho não dá conta” são comuns no cotidiano e tendem a reforçar a associação entre velhice e incapacidade. Além disso, quando adultos demonstram impaciência com pessoas idosas em espaços públicos — como filas, ônibus ou atendimento em serviços —, as crianças observam e naturalizam comportamentos discriminatórios.
Na escola, mesmo sem intenção explícita, práticas pedagógicas podem reforçar estereótipos quando representam idosos apenas por meio de símbolos clássicos (bengalas, cadeira de balanço, limitações físicas) ou quando abordam a velhice exclusivamente nas aulas de saúde, enfatizando doenças. Essa abordagem restrita contribui para construir a imagem do idoso como alguém frágil, vulnerável ou incapaz. A ausência de discussões mais profundas sobre envelhecimento e diversidade geracional também reforça a invisibilidade dos idosos no currículo escolar.
As consequências desse processo são significativas. Crianças que crescem internalizando estereótipos negativos tendem a reproduzir comportamentos discriminatórios na adolescência e vida adulta, perpetuando o idadismo em relações familiares, profissionais e sociais. Esse preconceito não apenas afeta a qualidade de vida das pessoas idosas, mas também molda a forma como os indivíduos percebem o próprio envelhecimento, gerando medo, negação e resistência à velhice.
Entretanto, pesquisas mostram que experiências intergeracionais positivas têm potencial para romper esse ciclo de estereótipos. Quando crianças convivem com idosos de maneira significativa — seja na família, em projetos escolares ou em atividades comunitárias — elas tendem a desenvolver percepções mais realistas e afetivas da velhice.

O contato direto desconstrói preconceitos e evidencia que envelhecer é um processo heterogêneo, marcado por múltiplas possibilidades de vida.
Assim, compreender a origem e os mecanismos de reprodução do preconceito etário na infância é fundamental para desenvolver práticas pedagógicas que valorizem o respeito e a diversidade geracional. A educação básica possui papel estratégico na desconstrução de estereótipos e na promoção de uma ética intergeracional mais sensível, crítica e humana — condição essencial para a construção de sociedades mais inclusivas diante do envelhecimento populacional.

EDUCAÇÃO GERONTOLÓGICA E A ESCOLA COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO

A educação gerontológica busca discutir o envelhecimento como parte integrante da vida e promover o respeito às diferenças geracionais (CACHIONI; ALCÂNTARA, 2014). Na educação básica, trabalhar temas relacionados à velhice contribui para:
desenvolver empatia;
valorizar experiências de vida;
reduzir estereótipos;
promover convivência intergeracional; •
fortalecer práticas cidadãs.
A BNCC (2017) favorece essa abordagem ao enfatizar competências socioemocionais e convivência ética. Entretanto, conteúdos específicos sobre envelhecimento ainda são escassos nos currículos.

A educação gerontológica surge como uma proposta pedagógica voltada à compreensão crítica do envelhecimento humano, à valorização da pessoa idosa e à promoção de relações intergeracionais mais equilibradas. Originalmente vinculada à formação de profissionais da área da saúde e das ciências sociais, essa vertente ampliou-se para os diversos níveis educacionais, incluindo a educação básica, justamente pela necessidade de transformar percepções e combater o preconceito etário desde a infância (CACHIONI; ALCÂNTARA, 2014).

No contexto escolar, a educação gerontológica não se limita ao ensino de conteúdos sobre envelhecimento, mas se constitui como uma prática formativa que envolve atitudes, valores, comportamentos e experiências sociais. Trata-se de uma abordagem que busca promover consciência, sensibilidade e empatia, contribuindo para desconstruir estereótipos e para ampliar o repertório de significados que as crianças atribuem à velhice.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

A escola, enquanto instituição social e cultural, desempenha papel fundamental na formação de cidadãos críticos e conscientes. O ambiente escolar possibilita vivências coletivas, diálogo entre diferentes olhares e construção de saberes que ultrapassam o campo cognitivo, alcançando dimensões emocionais e éticas. Assim, a inclusão da educação gerontológica no cotidiano escolar fortalece a formação integral da criança, contribuindo para o desenvolvimento de competências relacionadas ao respeito, à diversidade e à convivência democrática.
A BNCC (2017), apesar de não mencionar diretamente o envelhecimento, reforça competências gerais ligadas ao reconhecimento da diversidade, à empatia, ao diálogo, ao exercício da cidadania e ao respeito aos direitos humanos. Esses princípios oferecem fundamentação pedagógica sólida para que o envelhecimento humano seja tratado como tema transversal em diferentes áreas do conhecimento.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A educação tem potencial de transformação quando é capaz de questionar estruturas sociais, desconstruir preconceitos e promover novas formas de convivência. A inserção da educação gerontológica na educação básica transforma a escola em um espaço de ressignificação da velhice, possibilitando que crianças enxerguem essa etapa da vida sob perspectiva mais ampla, digna e humana.
Ao abordar a velhice de maneira crítica e positiva, a escola contribui para:
reduzir o idadismo e seus impactos sociais;
promover consciência sobre o ciclo da vida;
estimular atitudes de solidariedade e cooperação;
fortalecer vínculos entre diferentes gerações;
preparar indivíduos para o próprio envelhe-

cimento.
Essa transformação não é apenas individual, mas coletiva, à medida que muda comportamentos, discursos e práticas sociais relacionadas ao envelhecer.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO GERONTOLÓGICA

A implementação da educação gerontológica nas escolas pode ocorrer por meio de projetos interdisciplinares, atividades cotidianas e abordagens didáticas que promovam reflexão e diálogo. Algumas práticas relevantes incluem:
leitura de histórias de vida narradas por idosos da comunidade;
projetos permanentes de convivência entre estudantes e pessoas idosas;
análises críticas de representações da velhice em filmes, desenhos e mídias;
estudos sobre o corpo humano e os processos naturais do ciclo da vida;
atividades artísticas que expressem diferentes formas de envelhecer;
construção de murais, oficinas e rodas de conversa sobre memórias e trajetórias;
investigação de fotografias antigas como forma de compreender mudanças históricas e sociais.
Essas ações contribuem para que a criança compreenda a velhice não como sinônimo de decadência, mas como etapa marcada por saberes, experiências e potencialidades.

FORMAÇÃO DOCENTE: UM DESAFIO ESSENCIAL

A efetivação da educação gerontológica depende também da formação dos professores. Muitos educadores não tiveram contato com temas ligados ao envelhecimento em sua formação inicial, o que pode dificultar a abordagem de conteúdos ou experiências intergeracionais. A formação continuada precisa incluir:
estudos sobre envelhecimento e suas dimensões;
reflexões sobre idadismo e representações sociais;
estratégias didáticas para trabalhar o tema com crianças;
construção de projetos intergeracionais;
articulação entre currículo, comunidade e práticas escolares.
Ao fortalecer o repertório dos docentes, a escola se torna capaz de promover ações que transformam percepções e ampliam o sentido social da educação.

EDUCAÇÃO GERONTOLÓGICA COMO CAMINHO PARA A CIDADANIA

Ao integrar a educação gerontológica à educação básica, a escola contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e empáticos. Envolver crianças na reflexão sobre o envelhecimento é preparar indivíduos que serão capazes de enfrentar os desafios de uma sociedade cada vez mais longeva. Isso significa educar para a convivência ética e solidária, reconhecendo que o envelhecimento é um processo que atravessa todas as vidas.
Assim, a escola se consolida como espaço de transformação social, promovendo uma cultura intergeracional que reconhece a dignidade da pessoa idosa e compreende a velhice como etapa natural, plural e significativa do ciclo da vida.
A educação gerontológica, ao abordar o envelhecimento humano de forma crítica, interdisciplinar e ética, configura-se como um dos caminhos mais potentes para a promoção da cidadania em sociedades cada vez mais longevas. Isso porque compreender o envelhecimento não significa apenas aprender sobre uma fase específica da vida, mas desenvolver competências humanas que favorecem relações sociais mais justas, respeitosas e solidárias. Ao inserir crianças e jovens em reflexões que valorizem a trajetória de vida, a diversidade geracional e o respeito à pessoa idosa, a educação gerontológica contribui para a construção de uma cidadania ativa, inclusiva e integral.
A cidadania, entendida como o exercício pleno dos direitos e deveres no contexto da vida social, exige que os indivíduos reconheçam a dignidade humana em todas as suas expressões. Nesse sentido, a educação gerontológica se torna um percurso formativo fundamental para que crianças compreendam que o envelhecimento é um processo universal e contínuo, vivenciado por todas as pessoas, ainda que de maneira singular. Ampliar essa consciência desde cedo permite que futuras gerações enfrentem o idadismo — uma das formas mais silenciosas e

naturalizadas de discriminação — com senso de justiça e responsabilidade social.
Além disso, ao promover reflexões sobre o ciclo da vida e sobre o papel social das pessoas idosas, a educação gerontológica incentiva atitudes cidadãs como empatia, solidariedade, cooperação e respeito às diferenças. Esses princípios dialogam diretamente com as competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que orientam a formação comprometida com os direitos humanos, a convivência democrática e a ética. Trabalhar o envelhecimento como conteúdo transversal no currículo escolar reforça a perspectiva de que a cidadania é construída cotidianamente, por meio de práticas e relações que consideram todas as fases da vida.
Outro aspecto relevante é que a educação gerontológica favorece a compreensão crítica sobre políticas públicas, direitos da pessoa idosa e responsabilidades coletivas. Mesmo na infância, é possível despertar o entendimento de que idosos possuem direitos assegurados por lei — como atendimento preferencial, proteção social e acesso à saúde — e que o respeito a esses direitos é parte do exercício da cidadania. Dessa forma, formar crianças para reconhecer e defender os direitos das pessoas idosas contribui para criar sociedades mais éticas e conscientes.
A convivência intergeracional, incentivada por projetos pedagógicos, também fortalece o sentido de pertencimento e responsabilidade social. Quando crianças participam de atividades que envolvem idosos — como rodas de conversa, oficinas, contação de histórias, entrevistas e projetos comunitários — elas desenvolvem vínculos afetivos e compreendem, na prática, a importância da participação de todas as gerações na vida social. Essas vivências ampliam a noção de cidadania como prática coletiva, que valoriza tanto a memória quanto a diversidade social.
Finalmente, ao preparar crianças para lidar com o próprio envelhecimento, a educação gerontológica contribui para o exercício de uma cidadania reflexiva, que valoriza autocuidado, autonomia, dignidade e planejamento de vida. Educar para o envelhecimento significa, portanto, educar para a vida.
Assim, a educação gerontológica se apresenta como caminho estratégico para consolidar uma cidadania intergeracional, capaz de reconhecer a velhice como parte constitutiva da experiência humana. Ao integrar essa perspectiva à escola, cria-se um ambiente propício para a formação de indivíduos mais sensíveis, críticos e conscientes, preparados não apenas para conviver com as gerações presentes, mas também para construir sociedades mais justas no futuro.

CULTURA ESCOLAR INTERGERACIONAL: CAMINHOS POSSÍVEIS

Uma cultura escolar intergeracional pressupõe práticas que valorizem o diálogo entre gerações. Atividades como:
projetos com idosos da comunidade;
rodas de conversa;
leitura de histórias de vida;
análises de filmes e reportagens;
trabalhos com fotos de família;
debates sobre respeito e diversidade;
permitem que as crianças compreendam a velhice de maneira plural e positiva. Severino (2010) destaca que práticas pedagógicas reflexivas podem transformar percepções e contribuir para formar cidadãos críticos.

CONCLUSÃO

As concepções de velhice construídas na infância desempenham papel fundamental no modo como futuras gerações irão tratar e compreender a população idosa. Este artigo evidenciou que, embora as crianças apresentem percepções afetivas positivas sobre idosos, persistem estereótipos que associam velhice a doença, dependência e incapacidade. Tais visões refletem discursos sociais historicamente constituídos e mostram a importância da escola como espaço de transformação cultural.
A educação gerontológica na infância fortalece valores de respeito, empatia e convivência ética, ajudando a desconstruir o preconceito etário. A BNCC oferece fundamentos para práticas pedagógicas que contemplem discussões sobre envelhecimento, embora ainda existam poucos materiais e políticas específicas relacionadas ao tema.
O presente artigo buscou analisar as representações sociais da velhice na infância, compreendendo como estereótipos, discursos culturais e experiências sociais moldam

as percepções das crianças acerca da pessoa idosa. As discussões apresentadas demonstram que a infância é um período central para a formação de imagens e sentidos sobre o envelhecimento, revelando visões frequentemente ambivalentes, permeadas tanto por afeto e reconhecimento quanto por preconceitos e estigmas historicamente produzidos.

Os estudos revisados indicam que crianças tendem a reproduzir estereótipos sociais que associam a velhice a fragilidade, dependência e doença — representações amplamente difundidas na mídia, no cotidiano familiar e nos discursos culturais hegemônicos. Essas percepções, quando não problematizadas, contribuem para a manutenção do idadismo, um tipo de discriminação naturalizado e frequentemente invisível, mas que impacta de maneira profunda as relações sociais e a qualidade de vida da pessoa idosa. Nesse sentido, compreender como essas imagens se formam e se consolidam na infância é fundamental para interferir nos mecanismos sociais que perpetuam desigualdades baseadas na idade.

Diante desse cenário, a escola se apresenta como espaço privilegiado de intervenção e transformação. Por meio da educação gerontológica, torna-se possível promover reflexões críticas sobre o envelhecimento, ampliar o repertório simbólico das crianças e desconstruir estereótipos que limitam a compreensão da velhice como etapa plural, dinâmica e significativa da vida. A escola, ao integrar práticas intergeracionais, conteúdos transversais e atividades pedagógicas que valorizem a trajetória de vida e a diversidade geracional, fortalece seu papel na construção de uma sociedade mais inclusiva e ética.

A educação gerontológica, quando incorporada ao cotidiano escolar, contribui decisivamente para a formação cidadã, estimulando atitudes de empatia, respeito, solidariedade e justiça social. Ao compreender a velhice como parte constitutiva da experiência humana e reconhecer o idoso como sujeito de direitos, a criança desenvolve uma visão ampliada de cidadania e passa a agir de forma mais consciente nas relações intergeracionais. Essa formação impacta não somente o modo como a criança se relacionará com idosos ao longo da vida, mas também como vivenciará o próprio processo de envelhecer. Assim, conclui-se que a construção de uma cultura escolar intergeracional é um caminho estratégico para enfrentar o preconceito etário, fortalecer vínculos sociais e preparar as novas gerações para os desafios de uma sociedade em acelerado processo de envelhecimento. Investir na educação gerontológica desde a infância significa investir em uma sociedade mais humana, democrática e comprometida com a dignidade em todas as fases da vida. Este estudo, portanto, reforça a urgência de incorporar o envelhecimento como tema relevante na educação básica, reconhecendo que é pela formação das crianças de hoje que se constrói o futuro das relações intergeracionais de amanhã. Incluir a velhice como tema transversal na educação básica é condição essencial para construir uma cultura escolar intergeracional, que reconheça a velhice como etapa legítima da vida e valorize a diversidade humana em todas as suas dimensões. Investir nessas práticas significa formar uma sociedade mais justa, acolhedora e preparada para o envelhecimento coletivo.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M.; CACHIONI, M. Percepções de crianças sobre a velhice: uma análise de desenhos infantis. Revista Kairós, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação, 2017.

BUTLER, Robert. Age-ism: Another Form of Bigotry. Gerontologist, 1969.

CACHIONI, M.; ALCÂNTARA, L. Educação gerontológica no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.

CAMARANO, A. Cuidados de longa duração para a população idosa. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

MONTEIRO, R. Representações sociais da velhice. Revista Brasileira de Geriatria, 2010.

MOSCOVICI, S. Representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

NERI, A. Palavras-chave em Gerontologia. Campinas: Alínea, 2014.

OMS – Organização Mundial da Saúde. Envelhecimento ativo. Brasília: OPAS, 2015.

SEVERINO, A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2010.